

Contributo para uma história do asturo-leonês em Portugal / *Contribution to a history of Astur-Leonese in Portugal*

ALBERTO GÓMEZ BAUTISTA
BOLSEIRO DE INVESTIGAÇÃO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (LISBOA)

Resume: Esti trabayu presenta una revisión de los fechos históricos que tuvieron mayor relevancia y que permiten comprender meyor la situación sociolingüística actual del asturleonés en territoriu portugués. Analizaráse tamién, con especial procuru, l'impactu que la proclamación del mirandés como llingua oficial de la República Portuguesa tuvo na situación sociolingüística del idioma.

Pallabres clave: Llingüística, sociolingüística, ástur, mirandés, Historia de la Llingua.

Abstract: This paper presents a review of the historical facts which were most relevant or that better allows us to understand the current sociolinguistic situation of the Astur-Leonese language in Portuguese territory. On the other hand, we will analyse with particular detail the impact which the proclamation of Mirandese as an official language of the Portuguese Republic had in the sociolinguistic situation of the language.

Key words: Linguistics. sociolinguistics, asturian, mirandese, History of the language.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente existem variedades asturo-leonesas, em diversos graus de conservação, na área mais oriental do distrito de Bragança. Os vestígios asturo-leoneses referem-se sobretudo, ao léxico que passou para o português falado naquela região bem como na toponímia. No entanto, na Terra de Miranda o asturo-leonês, que aí é denominado de mirandês, goza de uma certa vitalidade¹. Por outro lado,

¹ Veja-se o mapa no documento III do anexo.

os dados sobre a situação do asturo-leonês, nos dias de hoje, nas localidades de Rio de Onor, Guadramil², Deilão e Petisqueira são vagas e pouco rigorosas³.

O objetivo deste trabalho é analisar, com base nas informações que possuímos, a história do asturo-leonês em território português anterior à fundação da nacionalidade até os nossos dias. Tentaremos determinar os factos que fizeram com que as variedades asturo-leonesas tivessem sortes tão díspares em território português e, concomitantemente, estabelecer a ordem cronológica dos mesmos. Neste sentido, estudaremos o papel que a fronteira política teve neste processo. Após a análise dos dados históricos e dos elementos linguísticos disponíveis, tentaremos perceber melhor a história dessas variedades em território português, desde as origens da língua até a atualidade. Será avaliado o peso dos fatores sociolinguísticos em todo o processo e tentaremos desvendar qual é a situação atual do asturo-leonês que se conserva em Portugal.

Outro objetivo deste trabalho é divulgar, entre a comunidade científica mas também entre o grande público, o estado da arte relativo ao património linguístico asturo-leonês em Portugal. Apontaremos caminhos para novas investigações e procuraremos fornecer novos dados sobre a história e a evolução do asturo-leonês, com a finalidade de tentar colmatar, tanto quanto possível, a falta de informações existente.

2. ALGUNS FATOS HISTÓRICOS

Como já foi referido, no Nordeste de Portugal fala-se mirandês e existem vestígios de outras variedades asturo-leonesas, sobre tudo na toponímia, e no léxico, fruto das palavras asturo-leonesas que passaram para o português falado no Nordeste trasmontano. Sobre o que se falava nesta região na Idade Média pouco sabemos, o escritor e investigador Amadeu Ferreira resumiu-o com estas palavras clarificadoras:

«É preciso estudar os topónimos medievais que constituem um património linguístico e cultural riquíssimo. É necessário fazer um levantamento da fala medieval trasmontana. Essa fala medieval perdeu-se, mas subsiste na toponímia, que hoje corre o risco de se perder também, porque as matrizes dos campos têm vindo a ser substituídas por todo o lado. No essencial são palavras medievais, do tempo em que aqui se falava leonês»⁴.

² Por exemplo, no caso de Guadramil numa reportagem de Ana Preto para o *Mensageiro de Bragança* de 26 de janeiro de 2006, sobre a situação da variedade local de asturo-leonês é relatado que os informantes citados pela autora são capazes de reproduzir frases em «o antigo» dialeto da terra mas as atribuem ao pai, aos mais velhos ou a pessoas da aldeia já falecidas. Isto nos leva a pensar que os atuais habitantes, embora tenham alguma competência linguística na variedade local, não se consideram a si próprios falantes fluentes ou suficientemente competentes.

³ Sobre esta questão veja-se o trabalho de Maria José de Moura Santos 1967.

⁴ Palavras de Amadeu Ferreira citadas por Teresa Martins Marques (2015) em *O Fio das Lembranças. Biografia de Amadeu Ferreira*. Lisboa: Âncora, p. 363.

Desse património linguístico e cultural sobreviveu até os nossos dias o idioma mirandês que é falado numa área de 550 km² no concelho de Miranda do Douro e em três aldeias do concelho de Vimioso⁵. Note-se que a área de fala asturo-leonesa existe desde antes da fundação da nacionalidade (1143) e é o testemunho vivo de um conjunto de variedades asturo-leonesas que se falou num território bem mais alargado, *grosso modo*, entre o rio Sabor e a fronteira com Espanha.

Pouco sabemos do idioma que se falava nesta área antes da chegada dos romanos, mas sabemos que a tribo astur dos zoelas ocupava a maior parte deste território e que falaria uma língua de tipo indo-europeu que veio a ser substituída pelo latim trazido pelos colonos e soldados de Roma. Assim, esta «fala» que pertence historicamente ao sistema linguístico asturo-leonês tem, por conseguinte, uma estrutura românica.

Para além dos elementos indo-europeus (vestígios da língua dos zoelas que se mantiveram no latim falado nessa região, mas também de outras línguas indo-europeias) há outros elementos de substrato de origem não indo-europeia como é o caso, na nossa opinião, do topónimo «ourrieta» muito frequente na área objeto deste estudo, até o ponto de a investigadora Manuela Barros propor que se estude a extensão deste topónimo para saber qual foi a extensão do asturo-leonês em território português:

«Orrita», que nos outros sítios se diz «orreta», «ourreta», «ourrita». Trata-se de uma palavra leonesa que está disseminada e a Doutora Manuela Barros Ferreira até propõe que se veja a geografia do topónimo «orrita», «orreta» ou «ourreta» para saber por onde passava a zona de influência da fala leonesa⁶.

Há ainda palavras em mirandês de origem desconhecida como, por exemplo, *tagalho* ('rebanho, especialmente de ovelhas').

A presença sueva e visigótica (séculos V ao VIII) terá deixado poucas pegadas na toponímia (Mogadouro, de *muga* –voz pré-romana com correspondência em língua basca e que significa 'fronteira'–, e a palavra latina *gothorum*, 'godo', remete para a presença germânica na região) junto a algumas dezenas de palavras no léxico, como, por exemplo, *grima* ('medo').

A influência árabe terá sido expressiva, assim como a moçárabe e a hebraica, sobretudo, devido às pessoas que, em diferentes épocas, se refugiavam na região fugindo das perseguições que se produziam noutras partes da Península Ibérica.

Aquando o surgimento do Condado Portucalense e, mais tarde, do Reino de Portugal (1143) o asturo-leonês ocuparia uma área significativa do território português da altura. Além disso, muito provavelmente, D. Afonso Henriques falaria

⁵ Veja-se o documento I do anexo.

⁶ Palavras de Amadeu Ferreira citadas por Teresa Martins Marques (2015) em *O Fio das Lembranças. Biografia de Amadeu Ferreira*.

asturo-leonês, para além de galego-português, se bem que isto signifique entrar no terreno da especulação é algo que não parece de todo descabido.

Há autores que defendem que a colonização leonesa trouxe o asturo-leonês a terras de Portugal (Carvalho, 1973) mas o que sabemos hoje invalida essas teorias (Ferreira, 2005). A colonização leonesa foi levada a cabo nos séculos XIII e XIV, limitou-se a algumas aldeias e foi pouco profunda. Para além disso, «a língua mirandesa sempre teve assento no seu atual território e não resulta de uma importação tardia» (Ferreira, 2010: 65) quem o afirma é Amadeu Ferreira e fundamenta a sua opinião na documentação medieval que ele bem conhecia, como por exemplo a doação do Reguengo de Palaçoulo por D. Afonso Henriques a Pedro Mendes (de 1172), em que já se documentam topónimos em asturo-leonês o que deita por terra as teses de quem defende que o asturo-leonês foi trazido por colonos leoneses (*Ibid.* 61-63).

A criação do Reino de Portugal e a elevação a vila de Miranda do Douro (1286) assinalam os primeiros passos que favoreceram, por um lado, a diferenciação do Mirandês face ao asturo-leonês que se desenvolvia do outro lado da raia mas, por outro, a substituição paulatina do mirandês pelo português.

Assim, a língua dominante será a portuguesa deixando ao mirandês a função de língua familiar e de uso entre vizinhos. José Leite de Vasconcelos, nos finais do século XIX constatou a situação sociolinguística do mirandês e a descreveu assim:

«A língua mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer, a lingoa do lar, do campo e do amor: com um estranho um aldeão falla logo português» (Vasconcelos, 1900:12).

Este autor observou uma situação de diglossia ampla. Convém, antes de mais, ter em conta que a afirmação de José Leite de Vasconcelos não se trata, de modo algum, de um atestado de incapacidade passado a esta língua, como às vezes se quer fazer crer. O mesmo autor dá ainda mais detalhes sobre a diglossia ampla em que o mirandês estava imerso:

«Com uma especie de modestia os habitantes de Duas-Igrajas dizem que quem falla mirandês *fala mal*, *fala charro*, e quem falla português, *fala grabe*, ou em *grabe*. Tambem a pessoas de Cêrcio ouvi dizer que os Mirandese são caçurros, e a sua lingoagem «falla caçurra»» (*Ibid.*).

O facto de Miranda do Douro ter sido elevada a cidade em 1545 terá permitido que o português tenha visto reforçada a sua posição até ao ponto de, com o tempo, ter-se deixado de falar mirandês nesta cidade. A criação da diocese de Trás-os-Montes, por bula do Papa Paulo III a 22 de maio de 1545, terá reforçado esta tendência pois a chegada de funcionários do Estado e religiosos falantes de português favoreceu o uso e divulgação da língua portuguesa na cidade de Miranda.

Para fazermos uma ideia aproximada das representações sobre a língua mirandesa nos falantes de português e de como era a coexistência da língua portuguesa com a mirandesa, a documentação que conhecemos hoje permite-nos recuar até o século XVII quando Severim de Faria nos deixou este comentário que na nossa opinião se refere à língua mirandesa:

«Falão mal se os compararmos cõ a lingoagem de hoje politica porq. alem de usarẽ de algũas palavras antigas pronunciaõ os vocabulos cõ grande pressa fazendo so mte asentos agudos e prolongos na primeira e ultima siliba da dicção o q. parece herdarão ainda dos suevos, e godos, e de outras naçoens do norte q. nesta provinçia abitarão, dos quais he peculiar essa pronunciação» (Ferreira, 2008).

Encontramos nas palavras deste religioso a semente de algumas ideias, um tanto confusas e preconceituosas, que existiam, e por vezes ainda existem, sobre o mirandês. Seguramente, Severim de Faria deixou-se influenciar, direta ou indiretamente por um movimento que se desenvolveu em Portugal nos séculos XV e XVI denominado «rezar per linguajem», isto é, pretendia-se promover o uso do português e o ensino dos preceitos e as orações da Igreja para que fossem aprendidos e compreendidos pelos fregueses (vid., por exemplo, *Constituição XXX*, Sínodo do Porto de 1496). O impacto de dito movimento deve ter sido profundo pois são poucas as orações tradicionais conservadas em mirandês que se conhecem.

Voltamos a encontrar a mesma linha de pensamento no século XVIII em autores como Jerónimo Contador de Argote:

«Há alguns lugares de Trás os Montes, e Minho nas rayas de Portugal que são muito bárbaros, e que quasi que se não podem chamar portuguez, mas só os usa a gente rustica daquelles lugares» (Contador de Argote, 1725: 295-296).

A isto, cabe juntar a ideia, errada, de que Portugal é um país monolíngue, ideia que está bem patente na sobejamente conhecida frase de Bernardo Soares, heterónimo de Fernando Pessoa «minha pátria é a língua portuguesa». Ainda hoje, e passados mais de 15 anos desde a proclamação do Mirandês como língua oficial da República Portuguesa, nas circunstâncias que a seguir veremos, causa estranheza, em algumas pessoas, a afirmação de que Portugal é um país bilingue. Contudo, a finais do século XIX, e graças, em boa medida, ao diagnóstico realizado por José Leite de Vasconcelos, surgem as primeiras vozes que contestam a situação de subalternização do mirandês frente a língua portuguesa, como foi o caso do Abade Manuel Sardinha:

«*I todo esto debemos nosoutros, los anfelizes mirandeses, a los gobiernos paternales de l rei nuosso sinhor, que siempre nos há çpreziado i a los sábios nun me nos paternales de las nuossas academias, que nin sequiera sáben de la eisisténçia de tal mina, esto ye, de tal lhéngua. Bergonha aterna a todos eilhes!...*»⁷.

⁷ Carta de Manuel Sardinha a José Leite de Vasconcelos, datada de outubro de 1884, publicada por Ernesto Rodrigues e Amadeu Ferreira (coords.) 2011: 459.

Todo um manifesto em defesa do idioma da Terra de Miranda, é uma crítica feroz à passividade e desleixo dos académicos e dos poderes públicos para com a língua mirandesa, além disso, Sardinha predicava com o exemplo pois usava o mirandês nas trocas epistolares com o seu amigo José Leite de Vasconcelos. Como sabemos Leite de Vasconcelos e Sardinha não estavam sós na defesa da língua e cultura mirandesas, contavam com o apoio de figuras da talha intelectual e moral de Manuel Ferreira Deusdado ou o ilustre escritor Trindade Coelho, que era natural de Mogadouro e amigo de José Leite de Vasconcelos.

Vejamos um exemplo do empenho de Trindade Coelho na defesa e divulgação da língua mirandesa. Em 1897 o escritor e magistrado mogadourense assinava, sob o pseudónimo de Ch.-A.-Hysson, a seção *Echos* no jornal lisboeta *O Repórter*. Trindade Coelho no dia 1 de janeiro de 1897 iniciava assim a sua coluna:

«Desejo começar o novo anno, trazendo aos meus leitores, á litteratura e á religião do meu paiz uma novidade encantadora: e é que d'ora ávante lhes darei os evangelhos dos domingos e dias sanctificados, não em portuguez como até aqui, - mas n'esse querido e interessantissimo idioma mirandez, que se falla a dois passos da minha terra, em todo o concelho de Miranda do Douro, limitrophe do meu. Miranda do Douro é uma pequenina cidade transmontana, fronteira de Hespanha, e mais pequenina do que uma aldeia. É porém uma velha cidade fidalga, portugueza dos quatro costados, com uma Sé muito imponente, onde vai à missa uma população muito curiosa, vestida da maneira mais original e mais pitoresca. É lá a terra da capa-d'honras, que parece, em burél, a capa d'esperges d'algum bispo da Edade-Média. Os homens ainda uzam calções com alçapão, e meias de lã; casaca de gola direita; camisa de grandes colarinhos; e na cabeça, um chapéu d'abas direitas, cuja cópia é um cone truncado. O que é essa boa gente, cujas mulheres vestem por igual trajos muito pitorescos, não se descreve nem se faz ideia, senão indo lá (...) Ora é no idioma que elles falam, que eu passo, d'aqui por deante, a dar-lhes os Evangelhos. E de certo que é uma curiosidade inedita para a biographia da Biblia, saber que eu tenho em meu poder, admiravelmente copiados, em livro encadernado que tem 368 paginas grandes, e a duas columnas por pagina, os quatro Evangelhos: S. Matheus, S. Marcos, S. Lucas e S. João.

Auctor deste admiravel e carinhoso trabalho o sr. Bernardo Fernandes Monteiro, 1º aspirante da Alfandega do Porto, e mirandez. E por ser mirandez e muito intelligente, a sua traducção mereceu os gabos do notavel philologo sr. Gonçalves Vianna, e será, já agora, na historia da Biblia, um trabalho não só memorado, mas memorando (...) Veio ás minhas mãos o precioso manuscrito mediante a boa amizade de Ferreira Deusdado, que por ser transmontano, e dos melhores, e dos de lei, veio trazer ao meu carinho pela nossa terra o effusivo carinho que elle lhe dedica. Bem haja elle; e como quer que seja muito interessante a carta que me escreveu, vou copiá-la para aqui, para que a história fique mais completa, e bem documentado, para a minha gratidão, o favor que me fez» (Ferreira, 2011 e 2002:36).

Infelizmente Trindade Coelho cessa a colaboração com o jornal a 9 de Fevereiro de 1897 não podendo cumprir o prometido aos leitores, no texto de 1 de janeiro de 1897 (isto é, que poderiam ler os evangelhos em mirandês até o fim):

«Já ficam então sabendo: anno novo, vida nova: -d'aqui por deante, Evangelhos em mirandez. E Deus nos dê saude, para os lermos todos até ao fim. Amen!» (*Ibid.*)⁸

Ao longo do século XX os defensores do mirandês vão-se multiplicando ao mesmo tempo que a preocupação por preservar a diversidade linguística e o património imaterial vai ganhando força. Nem sempre essa preocupação de alguns intelectuais era acompanhada pela maioria da população, mesmo das elites como se ilustra no seguinte exemplo extraído de uma entrevista:

«P. - *Um etnólogo vindo de Paris (sic.), que tipo de ambiente encontrava na Lisboa de final dos anos 50?*

R.- Um completo divórcio dos intelectuais em relação ao mundo rural. Em 1960, convidei para minha casa (a Santa Catarina, onde residiam os pais da minha primeira mulher) grupos de 15, 20 pessoas, a quem dei a ouvir as primeiras gravações de Trás-os-Montes. Levei primeiro os intelectuais -políticos, escritores, não digo os nomes, eles estão aí em evidência. Foi um desastre. Alguns chegaram a dizer que aquela não era música tradicional portuguesa, quando chegámos às gravações mirandesas. Um segundo grupo, constituído essencialmente por médicos, disse no final as frases da praxe, e regressou às anedotas pornográficas»⁹.

3. A SITUAÇÃO DO ASTURO-LEONÉS EM PORTUGAL NA ATUALIDADE

Para além do território onde se fala mirandês na atualidade persistem «falas» asturo-leonesas nas localidades de Rio de Onor, Guadramil, Deilão e Petisqueira mas as poucas informações de que dispomos indicam que terão muito menos vitalidade que o mirandês. Ao atribuir a José Leite de Vasconcelos as primeiras referências às variedades asturo-leonesas de Rio de Onor e Guadramil, Maria José de Moura Santos, escrevia em 1967:

«Na Petisqueira e em Deilão, no entanto, julgo que não foram assinalados dois antigos dialectos muito semelhantes aos de Rio de Onor e Guadramil; é certo que já não são usados na linguagem quotidiana, que estão a desaparecer – mas é isso afinal o que acontece com o rionorês e o guadramilês».

Por outro lado, como já se assinalou, o asturo-leonês esteve presente num território mais amplo e foi recuando para as zonas periféricas e fronteiriças onde sobrevive ainda hoje, deixando, contudo, pegadas no português da região, neste sentido as palavras de Eduardo Lourenço parecem-nos bastante esclarecedoras:

«Só aos 40 anos me apercebi de que parte do meu vocabulário era leonês, ainda que falado à portuguesa», contou, explicando que, naquela região, «a fronteira é simbólica, não há nada que fisicamente separe os dois países». (Lusa, 04/12/2009).

⁸ *Ibid.*

⁹ Michel Giacometti / *Jornal Público* (05/08/1990).

Face ao anteriormente exposto, parece claro que urge fazer um levantamento exaustivo das localidades onde se fala asturo-leonês em Portugal e do grau de conservação do mesmo, sendo que no caso do mirandês existem já alguns trabalhos neste sentido¹⁰.

4. O RECONHECIMENTO LEGAL DO MIRANDÊS

Os estudos jurídico-linguísticos em Portugal são quase inexistentes (Ferreira, 2002:65), isto é devido, em grande parte, a que «l problema de lhéngua siempre fui bisto na Pertual [...] como un problema eidiológico-político que nin sequiera era possible çcutir» (*Ibid.*). É importante notar que em Portugal viveu-se uma situação de monolingüismo oficial quase dogmático (*Ibid.*) até o ponto de considerar o monolingüismo como um elemento identitário da nação portuguesa. E isto apesar de se tratar, até a segunda metade do século XX, de um império em que se falavam numerosas línguas. Porém, em Portugal, que perdeu as suas últimas colónias há pouco tempo, em 1975, só foi possível começar a mudar este paradigma de pensamento com a adesão à União Europeia (então CEE em 1986). Note-se que o ensino de mirandês começou no ano letivo 1986/1987 após vários anos de reivindicação junto da tutela.

A ausência de estudos nesta área mantém-se ainda hoje, mesmo após a declaração do mirandês como língua oficial da República Portuguesa, o caso de Macau¹¹ ou a criação da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP). Este domínio dos estudos jurídicos tem tido escasso desenvolvimento em Portugal.

Outro aspeto importante que convém sublinhar é que só em 2001, com a Lei Constitucional nº 1/2001, de 12 de dezembro, a língua portuguesa foi proclamada língua oficial de Portugal. Neste aspeto, partilhamos a opinião de Amadeu Ferreira (2002:70) de que até essa data se considerava, que o português fosse a língua do Estado, com algo que fazia parte da natureza das coisas e que com a oficialização do mirandês em 1999, os legisladores sentiram a necessidade de tornar explícito o facto de o português ser a língua oficial da República Portuguesa.

Contudo, a lei de la *lhéngua* mirandesa¹², Lei nº 7/99, de 29 de janeiro (de 1999) representa um virar de página em Portugal favorecendo a preservação de um idioma e de uma cultura que viveram durante séculos sob a incúria das instituições oficiais e numa situação muito precária que punha em causa a subsistência do idioma. Se é evidente que a lei não resolve todos os problemas a verdade é que tem contribuído para aumentar a autoestima dos falantes. Além disso, a lei tem aspetos que poderiam e deveriam ser melhorados, como, por exemplo, o ar-

¹⁰ Como por exemplo o estudo de Aurelia Merlan (2009).

¹¹ Sobre o caso de Macau *vide* Pedro Pereira de Sena (1997): «Direito Linguístico de Macau» em *Revista de Llengua i Dret*. Nº 28: 125-144.

¹² Veja-se o documento II do anexo.

tigo 4º, que na nossa opinião deveria permitir às instituições locais e não só, a possibilidade de emitir os seus documentos em mirandês (e não restringir o uso do mirandês apenas para traduções)¹³. Posto isto, como já foi referido, a verdade é que o reconhecimento legal teve, no caso do mirandês, muitos efeitos positivos, a saber:

- Mobilizou os mirandeses na defesa e promoção da sua língua;
- Aumentou o orgulho pela língua mirandesa e a consciência linguística dos falantes;
- Reforçou uma visão positiva da língua e da cultura mirandesas e ajudou a combater a secular discriminação e as imagens negativas (mencionámos algumas no ponto 2) conotadas com a língua mirandesa.

Na prática, tem favorecido a manutenção do ensino de mirandês nos vários níveis de ensino lecionados em Miranda do Douro (até o secundário), permitiu criar uma série de iniciativas que deram visibilidade ao idioma em vários meios de comunicação escrita locais, regionais e, até, nacionais. Tem vindo a desenvolver-se um surto de literatura em língua mirandesa com numerosos autores e com obras de alguma relevância e interesse do ponto de vista da arte literária.

5. CONCLUSÃO

O asturo-leonês tem sobrevivido de forma muito precária em Portugal sendo o mirandês a variedade com mais vitalidade atualmente. Isto foi possível graças a vários fatores que favoreceram a sua resiliência entre os quais destacaria a elevada consciência linguística dos mirandeses (de ter um idioma diferente do oficial) e também o facto de, até ao início do século XX, ter-se preservado, com alguma vitalidade, o asturo-leonês nas zonas de fronteira de Samora, região com a qual os mirandeses tinham relações comerciais e de vizinhança muito intensas. Se estes dois fenómenos conjugados com o empenho na defesa deste idioma – pelo menos desde que José Leite de Vasconcelos se envolveu no estudo e promoção da língua mirandesa (em 1882) – muito provavelmente o mirandês estaria numa situação semelhante ao do resto de variedades asturo-leonesas que foram sendo, paulatinamente, substituídas, pelo português, deixando sempre a sua marca nesta língua.

Para terminar, constata-se que são necessários estudos atuais e mais aprofundados sobre a real situação (não só sociolinguística) em que se encontra o asturo-leonês falado em Rio de Onor, Guadramil, Deilão e Petisqueira, bem assim como analisar qual o legado que o asturo-leonês deixou no português de Trás-os-Montes.

¹³ Sobre os aspetos a melhorar ou algumas incongruências e deficiências da Lei do Mirandês recomendamos a leitura do artigo, já citado, de Amadeu Ferreira (2002).

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1973): «Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?», en *Estudos linguísticos*, vol. 1. Coimbra, Atlântida Editora. [2ª ed.].
- CASTRO, Ivo (1991): *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa, Universidade Aberta.
- (2004): *Introdução à História do Português, Geografia da Língua. Português Antigo*. Lisboa, Colibri.
- CEOLIN, Roberto (2002): «Um enclave leonês na paisagem unitária da língua portuguesa», en *Ianua. Revista Philologica Romanica* 3. Disponible en Internet: <http://hades.udg.es/romaniaminor/ianua/> [consulta 12/08/2012].
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1984): *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- CONTADOR DE ARGOTE, Jerónimo (1725): *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina pelas Regras de Portugueza*. Lisboa, Off. da Música. [2ª impressão].
- FERREIRA, Amadeu (2002): «Statuto jurídico de la lhéngua mirandesa», en *Mercator: Dret i legislació lingüístics. Anclabes lhenguístics na Ounion Ouropeia, v Simpósio de Lhénguas Ouropeias i Lhegistações*. Col.leció CIEMEN. Drets lingüístics. Barcelona: 65-86.
- (10/02/2002): «La língua mirandesa i l património cultural pertués (II)», en *Diário de Trás-os-Montes*.
- (2005): «L Regalengo de Palaçuolo ne l Seclo XII – (Studo de toponímia medieval i de stória de la lhéngua mirandesa)». *Revista Brigantia*, vol. XXV, nº 3/4, pp. 33-72.
- (2008): 1609 - Miranda i la lhéngua mirandesa bistas por Severim de Faria em Documentaçom Mirandesa. Disponível em: <http://documentos.blogspot.com/search/label/seclo%20XVII>. [Consulta 22/12/2015].
- (2010): «O Mínimo sobre a Língua Mirandesa», *11º Festival Intercéltico de Sendim* 13. Sendin, Sons da Terra: 61-63.
- (2011): «Trindade Coelho e a Língua Mirandesa», en *Studos Mirandeses*. [Blog], disponível em <http://studosmirandeses.blogs.sapo.pt/2823.html> [consulta 23/12/2015]. [E também do mesmo autor (2002): «Trindade Coelho, grande divulgador e defensor da Língua Mirandesa», *Fórum Terras de Mogadouro*].
- FERREIRA, Carlos (2013). *Sendin – Tierra de Miranda. Geografia e Toponímia*. Lisboa: Âncora Editora.
- LUSA (04/12/2009): «Portugal e Espanha «têm um destino comum», diz Eduardo Lourenço» no jornal *Público*.
- MARTINS MARQUES, Teresa (2015): *O Fio das Lembranças. Biografia de Amadeu Ferreira*. Lisboa, Âncora.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (2006): *El dialecto leonés*. León: El Búho Viajero. Edición facsímil conmemorativa de los cien años de la primera edición de esta obra (1906), págs. 32 y 33.
- 23 MERLAN, Aurelia (2009): *El mirandés: situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la zona fronteriza portugués-español*. Uviéu, Academia de la Llingua Asturiana.
- MICHEL GIACOMETTI / *Jornal Público* (05/08/2016): «Povo que Canta não Morre», [entrevista] *Público Magazine*.

- MOURINHO, António Maria (1959): «Diversidades subdialectais do mirandês», em *Atas do Colóquio de Estudos Etnográficos «Leite de Vasconcelos»*, promovido pela Junta de Província do Douro Litoral.
- (1959): «A língua mirandesa como vector cultural do Nordeste português», em *Atas das Primeiras Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa*. Miranda do Douro, Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- (1984): *Cancioneiro Tradicional e Danças populares Mirandesas*. 1º vol. Miranda do Douro, Imprensa de Bragança.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria (1997): «Transferencias morfológicas del castellano a un dialecto de base portuguesa, el barranqueño», em *Revista de Filología Románica*, vol. 13: 253-266.
- PRETO, Ana (29/01/2006): «O falar dos antigos» in *Mensageiro de Bragança*.
- RODRIGUES, Ernesto e Amadeu FERREIRA (coords.) (2011): *A Terra de Duas Línguas. Antologia de Autores Transmontanos*. Bragança, Academia de Letras de Trás-os-Montes, Instituto Politécnico de Bragança e Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- SANTOS, Maria José de Moura (1967): *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII y XIV. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VASCONCELOS, José Leite de (1882): *O Dialecto Mirandez*. Porto, Livraria Portuense.
- (1884): *Froles Mirandezas*. Porto, Livraria Portuense Claver & Cía.
- (1900): *Estudos de Philologia Mirandesa*. Vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1901): *Estudos de Philologia Mirandesa*. Vol. II. Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1929): «Lingoas raianas de Trás-os-Montes (Succintas notas)», em *Revista de Estudos Livres*. [Lisboa, 1886, reedição, *Opúsculos IV*, Coimbra, Imprensa da Universidade: 732-738].
- (1929): *Opúsculos IV*. Filologia (parte II). Coimbra, Imprensa da Universidade.
- (1985): *Opúsculos VI*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- (1987): *Esquisse d'une Dialectologie Portugais*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- VELOSO, João (2000): «O mirandês visto por futuros professores de português», em José Francisco Meirinhos (coord.), *Estudos mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho*. Porto, Granito.
- VERDELHO, Telmo (1995): *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Aveiro, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves (1884): «O Evangelho de S. Lucas Traduzido em Língua Mirandesa», em *Revista de Educação e Ensino*, ano IX: 151-152.
- VIGÓN ARTOS, Secundino (2000): «El mirandés nel Cuadru de les Llingües Peninsulares», em José Francisco Meirinhos (coord.), *Estudos mirandeses: balanço e orientações, Homenagem a António Maria Mourinho*. Porto, Granito: 77-83.
- ZAMORA VICENTE, Alonso (1996): *Dialectología española*. Madrid: Gredos, págs. 71 a 159.

ANEXO

Documento I

Localidades onde se fala mirandês

Localidades do Concelho de Miranda do Douro ¹⁴		Localidades do Concelho de Vimioso:
<i>Aldé Nuoba o Aldinuoba</i>	<i>Malhadas</i>	<i>Angueira</i>
<i>Augas Bibas</i>	<i>Miranda de l Douro</i>	<i>Bilasseco</i>
<i>Bal d'Aila</i>	<i>Palaçuolo</i>	<i>Caçareilhos</i>
<i>Bal de Mira</i>	<i>Palancar</i>	
<i>Barrocal de l Douro</i>	<i>Paradela</i>	
<i>Bila Chana de Barceosa</i>	<i>Peinha Branca</i>	
<i>Cércio (antiguamente Cêrceno)</i>	<i>Picuote</i>	
<i>Cicuiro</i>	<i>Prado Gatón</i>	
<i>Constantin</i>	<i>Pruoba</i>	
<i>Dues Igrejas</i>	<i>San Martino</i>	
<i>Freixenosa</i>	<i>San Pedro de la Silba</i>	
<i>Fuonte Aldé</i>	<i>Sendin</i>	
<i>Fuonte Lhadron</i>	<i>Speciosa</i>	
<i>Granja da Silba</i>	<i>Zenizio</i>	
<i>Infainç</i>		

¹⁴ Fala-se mirandês em todas as localidades do município de Miranda do Douro, exceto nas aldeias de Atenor e Teixeira.

Documento II**Lei n.º 7/99 de 29 de Janeiro**¹⁵**Assembleia da República****Reconhecimento Oficial de Direitos Linguísticos da Comunidade Mirandesa**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º, da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

O presente diploma visa reconhecer e promover a língua mirandesa.

Artigo 2.º

O Estado Português reconhece o direito a cultivar e promover a Língua Mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda.

Artigo 3.º

É reconhecido o direito da criança à aprendizagem do mirandês, nos termos a regulamentar.

Artigo 4.º

As instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro poderão emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa.

Artigo 5.º

É reconhecido o direito a apoio científico e educativo tendo em vista a formação de professores de língua e cultura mirandesas, nos termos a regulamentar.

Artigo 6.º

O presente diploma será regulamentado no prazo de 90 dias a contar da sua entrada em vigor.

Artigo 7.º

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 19 de Novembro de 1998. O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 15 de Janeiro de 1999

Publique-se.

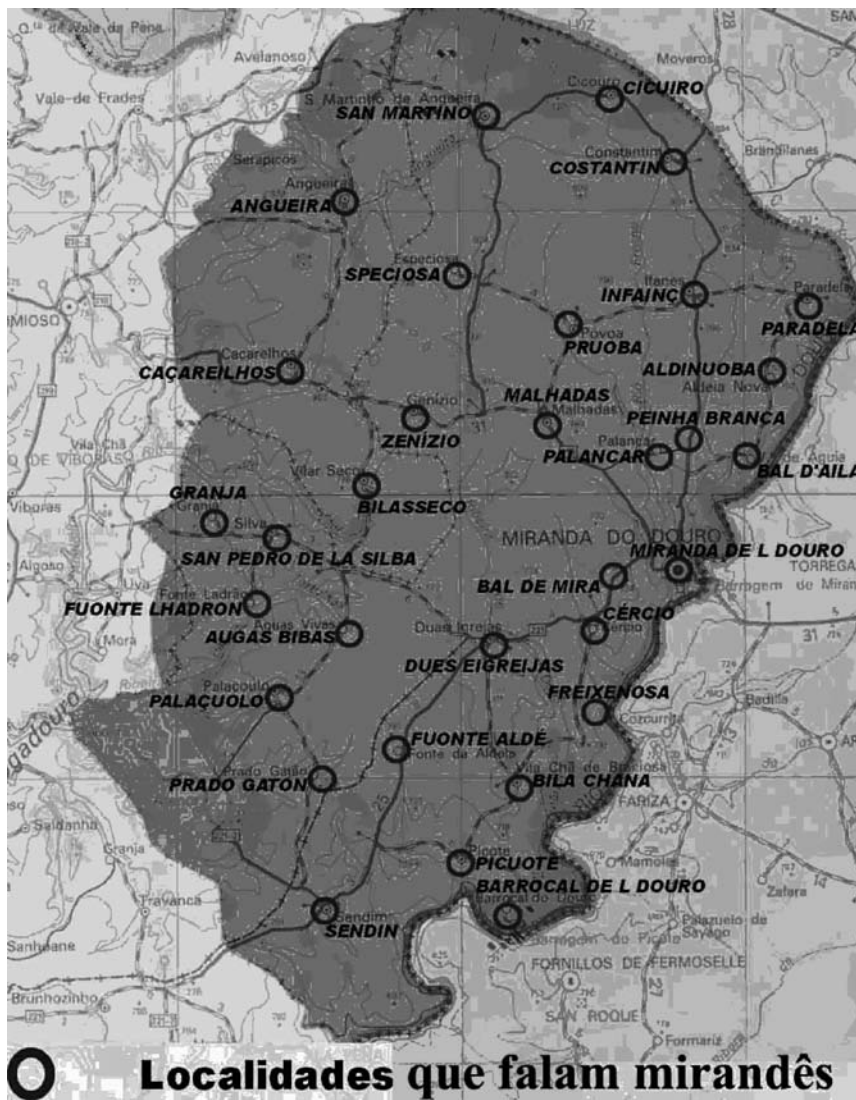
O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendada em 19 de Janeiro de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

¹⁵ Lei n.º 7/99 de 29 de Janeiro. «Lei do Mirandês». *Diário da República* de 29 de enero de 1999. Disponible en Internet: <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/01/024A00/05740574.pdf> [consulta 15/05/2011].

Documento III - Mapa das localidades de fala mirandesa



Mapa de Carlos Ferreira.